

Ilusões Perdidas

É evidente o esforço seletivo da sociedade para identificar um candidato dotado de real vontade de mudar. A dificuldade está exatamente em que todos se apresentam retoricamente dispostos a operar grandes mudanças no cenário brasileiro, mas não dão sinais de que sejam mentalidades capacitadas a romper o imobilismo político. Nesse sentido, o PMDB causou um mal ainda incalculável em seus efeitos. A primeira consequência recaiu sobre o próprio PMDB, na primeira oportunidade: a sucessão presidencial.

O correto entendimento do fenômeno social que se revela no nível político remonta à expectativa gerada pela ilusão de que a eleição indireta pudesse preencher todas as necessidades do pleito presidencial direto. Nenhum partido político foi mais enfático que o PMDB em se apresentar como instrumento de um novo governo, uma nova mentalidade administrativa e um comportamento novo. Em suma, a idéia de uma Nova República impregnou a transição do regime pela via indireta.

Ao se estabelecer no poder, o PMDB tinha em mãos a retórica das mudanças mas não um programa com prioridades que viabilizassem as transformações. Logo entrou em desavença com o seu sócio de governo, o PFL, por algo que não trouxe mudança alguma: a ocupação de cargos se limitou à substituição de antigos por novos ocupantes.

A sucessão presidencial ressuscitou o insatisfeito desejo de mudança que a sociedade confirma e que o PMDB e o PFL não foram capazes de empreender porque não conseguiram assimilar. O PMDB, em especial, se tornou o objeto do descontentamento específico da sociedade que se sente traída. Não tendo em tempo algum formulado num programa a sua proposta de mudança, o partido se tornou majoritário graças aos êxitos do plano cruzado. A opinião pública percebeu tarde que o partido lhe havia escondido durante a campanha toda a inflação reprimida, que explodiu depois de fechadas as urnas e começada a apuração.

A confiança política que o PMDB conquistou em anos e anos de luta desapareceu em poucos dias. Na eleição municipal de 88 evidenciou-se o julgamento do partido pelo eleitor, que perdeu a confiança da legenda mas não descreu da necessidade de mudanças. A primeira mudança passou a ser a do próprio tipo do político que ainda entende o mandato representativo como autorização de privilégios. Se os políticos não mudaram, como é que podem prometer mudanças? Viu-se com imensa decepção que o PMDB não conseguiu programar mais do que um *slogan* quando propôs a divisa *Muda Brasil*. A única mudança de que se tem certeza foi a do PMDB, que passou de fora para dentro do poder.

A opinião pública consegue exprimir o anseio de transformações que implicam a prática da democracia como nunca houve entre nós. O sentimento maior da lei nada tem a ver, entretanto, com o apadrinhamento político dos excessos que em nome das liberdades começam a incompatibilizá-las com a cidadania.

O sentimento de mudança explodiu em todas as formas que o exprimem. O brasileiro quer a lei

não para efeito de adoração, mas para ser aplicada: a igualdade de todos diante da lei não é favor, e impõe o dever de respeitá-la. Que fizeram os partidos para atender ao sentimento geral? Nada que possam alegar. Nem que consigam esconder ao conhecimento público. A campanha, que mostra os candidatos afinando os seus instrumentos, não autoriza um bom espetáculo cívico porque não pode se apresentar como agente de transformações democráticas quem está imbuído dos erros de um passado e se sente autorizado a fazer como fazia ao tempo em que as eleições eram diretas e também serviam para enganar. A diferença não está nos políticos, mas nos eleitores.

A sociedade tem dado sinais de que de que não se deixará enganar por retórica de mudanças não materializada em propostas. Prefere se arrepender de ousar a incriminar-se mais tarde do erro de reincidir num tipo de candidato que se repete interminavelmente. Não cabe qualquer ilusão: candidatos que não conseguirem gerar confiança de que são capazes de mudar podem pedir o chapéu. Mesmo que não consigam honrar a confiança, precisam pelo menos ser capazes de convencer o eleitor. Para isso é preciso que tenham novas palavras, nova mímica, outra proposta, outro sotaque, outra gesticulação. Ninguém agüenta mais os lugares comuns de um estatismo de segundas intenções socializantes e um nacionalismo que serve apenas para preservar privilégios.

Não há eleitor que possa suportar a evasiva que foge à resposta sobre como pretendem os candidatos debelar a inflação: todos falam em desenvolvimento. Se a maneira de voltar ao desenvolvimento passa pela baixa drástica da inflação, o candidato terá que trabalhar com a lealdade e dizer que haverá sacrifícios.

O grande risco está exatamente aí: a falta de autenticidade, o engodo, a escamoteação da verdade. O enorme desejo de mudanças está à disposição dos partidos políticos mas ainda não encontrou nas legendas com peso tradicional aquele que consiga empolgar a confiança do eleitor. Se os partidos de maior expressão deixam de corresponder é inevitável que outros candidatos e partidos preencham o espaço vazio e atendam à aspiração de mudança. O sentimento que está no ar, indefinido e abstrato, poderá desabar sobre candidaturas e legendas incapazes de suportar o peso da própria mentira.

A sociedade está ciente de que ela é o melhor lado das possibilidades brasileiras. Não pode ser responsabilizada pelo lado inerte que imobiliza a iniciativa do Estado, pois, apesar de tudo, as pessoas físicas e as pessoas jurídicas pagam impostos e agem como se a situação fosse normal. É que sabem que tudo se normalizará desde que governantes com nova mentalidade se apresentem com a franqueza de dizer a verdade e propor dificuldades compartilhadas equitativamente por todos, o Estado inclusive. O pressuposto é um só: mudanças completas. As pesquisas de opinião começam a falar sobre os candidatos e o que deles pensam os cidadãos. Silêncio, portanto, para que se ouça e se medite sobre o que dizem de útil para fazer deste país uma democracia em nosso tempo.